

Tempo integral em ação: juventudes e Políticas Educacionais no Ceará

Fábia Geisa Amaral Silva

Universidade Estadual do Ceará - UECE

Prof. Dr. Camila Holanda Marinho

Universidade Estadual do Ceará - UECE

<https://revistas.uece.br/index.php/inovacaotecnologiasocial/article/view/11095>

Resumo

Apresenta-se no referido artigo, a contextualização das Políticas Públicas educacionais no Estado do Ceará, caracterizando o início do Ensino Médio nas escolas públicas em Tempo Integral a ser implementado até 2024 em todas as escolas públicas, de Ensino Médio. Após a implantação, no Estado do Ceará haverá em suas escolas públicas, dois tipos de Ensino Médio nas escolas públicas, o Ensino Médio de formação para o trabalho, ora denominado de Ensino Médio Profissionalizante e a Formação Propedêutica, ambas de tempo integral, porém com características independentes. A metodologia desenvolvida é de cunho bibliográfica, analisando as políticas adotadas para o Tempo Integral nas escolas públicas de Ensino Médio, especificamente o tempo integral de ensino propedêutico. Observou-se ainda os documentos oficiais que nortearam a implantação do Ensino Médio nas escolas públicas de tempo integral, especificamente no Ceará. Como resultados, apresenta-se como se deu a efetividade do desenvolvimento das escolas públicas de Ensino Médio em Tempo Integral no Ceará, sendo que atualmente, já se encontra a metade das escolas cearenses em funcionamento em tempo integral.

Palavra-chave tempo integral; ensino médio; escolas públicas; ceará.

Abstract

This article presents the contextualization of the Public Educational Policies in the State of Ceará, characterizing the beginning of Full-Time High School in public schools to be implemented by 2024 in all public high schools. After the implementation, in the State of Ceará, there will be two types of High School in public schools: High School for work training, now called Professionalizing High School and Propedeutic Training, both full time, but with independent characteristics. The methodology developed is bibliographic in nature, analyzing the policies adopted for Full-Time in public high schools, specifically the full time Propaedeutic Education. We also observed the official documents that guided the implementation of Full-Time High School in public schools, specifically in Ceará. As a result, the effectiveness of the development of full-time public high schools in Ceará is presented. Currently, half of the schools in Ceará are already working full-time.

Key-word full-time; high school; public schools; ceará.

Introdução

A escola é parte da sociedade, parte que ao mesmo tempo constitui e é por ela constituída. Sendo assim, numa sociedade que tem como seu principal desafio a diminuição das desigualdades e o aperfeiçoamento da democracia, a escola terá sempre, por sua natureza, um papel que pode ser o de resolver os problemas educacionais e sociais. Nesse viés, a referida pesquisa tem por necessidade aprofundar a compreensão sobre formulações nas Políticas Educacionais atualmente, voltadas para o Tempo Integral no Ensino Médio, nas escolas públicas cearenses, e que será a base para estudiosos do tema, aprofundar o debate e refletir sobre sua implementação.

Como caracterizar o Tempo Integral das escolas públicas cearenses, especificamente no Ensino Médio? A questão que norteia o referido artigo, busca responder a essa problemática por meio da análise da política pública adotada no sistema educacional do Estado do Ceará. Nesse sentido, o objetivo geral é o de contextualizar a implementação do Tempo Integral no Ensino Médio das escolas públicas cearenses. E como objetivos específicos, analisar as concepções das políticas educacionais, abordando a importância e o impacto dessas políticas no cotidiano das escolas, e contextualizar as políticas e práticas sobre o Tempo Integral nas Escolas Públicas de Ensino Médio no Ceará (CEARÁ, 2016).

A metodologia utilizada foi de cunho qualitativo, com apreciação de bibliografia de autores/pesquisadores, tais como Cavaliere (2002), que analisa a escola pública de tempo integral no Brasil, e Ferretti e Krawczyk (2017). Além de documentos norteadores da implementação do Tempo Integral, de forma detalhada a Lei n. 13.415 de 16/02/2017, que muda radicalmente o tempo escolar, a organização e conteúdo curricular, o oferecimento do serviço educativo (parcerias), a profissão docente e a responsabilidade da União e dos estados (BRASIL, 2017).

A análise do tempo integral está, ainda, baseada em leis federais consultadas, as que se destacam são: a Constituição Federal de 1988; a Lei nº 9394/1996, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); a Lei nº 13.005/2014, que criou o Plano Nacional de Educação (PNE), decênio 2014-2024; a Portaria nº 1.145/2016, que Institui o Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral. E o Plano Nacional de Educação (PNE), que dispõe sobre o Ensino Médio na meta 03 e na meta 06 (BRASIL, 2014).

Porém, a Lei de nº. 16.287, de 20 de julho de 2017, que instituiu a Política de Ensino Médio em Tempo Integral no Âmbito da Rede Estadual de Ensino do Ceará, e a Lei nº. 16.025 de 30/05/2016, que dispõe sobre o Plano Estadual de Educação do Ceará, retratam sobre o início do Tempo Integral nas escolas cearenses, no período de 2016 a 2024.

Ainda existe um paradigma de conhecimentos a respeito do que acontece na realidade escolar, e espera-se que essa pesquisa contribua para ampliar os estudos que abordam a realidade do ensino público, elucidando sua prática e elaborando um diálogo diante da implantação do Tempo Integral nas escolas públicas de Ensino Médio no Ceará.

2. Juventudes e educação: Tempo Integral em ação

Apresenta-se nesse tópico, o que é ser jovem, ou seja, definir conceitos baseados em pesquisadores que retratam a realidade em que está inserida a maior parte da população brasileira. Segundo pesquisas, são mais de 50 milhões de jovens em todo o território brasileiro, considerando os jovens que estão na faixa etária entre 15 e 29 anos (BRASIL, 2021). Entretanto, indaga-se: quem são os jovens brasileiros dos dias atuais? Qual tipo de escola os jovens desejam?

No Estado do Ceará, foi a partir da Lei nº. 16.287, de 20 de julho de 2017, que instituiu a Política de Ensino Médio em Tempo Integral no âmbito da Rede Estadual de Ensino, objetivando a progressiva adequação das escolas que estão em funcionamento, ou que vierem a ser criadas, para a oferta do Ensino Médio em Tempo Integral, com uma carga

horária de 45 horas semanais, ou seja, 9 (nove) horas diárias de permanência do educando na escola. De acordo com a referida lei, um dos principais objetivos da Política de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTIs) é melhorar os indicadores que mensuram a qualidade educacional das escolas públicas estaduais de Ensino Médio.

A história do Tempo Integral surgiu com Anísio Teixeira em 1970. Ele foi o responsável pela implementação no Brasil, e tinha como objetivo principal o respeito às diferenças individuais e coletivas. Durante o processo de transição para a democracia, a escola de Tempo Integral tinha uma nova tarefa, a de “resolver os problemas sociais”. Problemas no âmbito educacional, tais como evasão e repetência. E no âmbito social, o abandono dos adolescentes e a prevenção a criminalidade. Partido desses “problemas”, surge a nova escola de Tempo Integral. E surge com soluções inovadoras.

Percebe-se que são problemas inerentes ao Estado, principalmente na área da segurança pública, e para apresentar as devidas soluções, debatemos e questionamos sobre a qualidade do ensino que a rede pública oferta. Então, a intenção do Tempo Integral em ter como objetivo principal a “Formação integral do ser”, já vem sendo colocada no papel desde o início, aqui no Brasil, da sua implementação.

Há duas diferenças essenciais da Escola de Tempo Integral da época de Anísio Teixeira para a Escola de Tempo Integral dos dias atuais. Primeiro, a responsabilidade que ficou a cargo dos Estados. E segundo os próprios educandos, que são jovens das variadas camadas sociais, pobres, classe média baixa, classe média. E, uma das semelhanças que se cita, é exatamente a de formar integralmente o jovem, tanto no conhecimento, quanto na sua formação como ser humano (BORGES, 2012).

Embora nos dias atuais, a escola pública de Tempo Integral atenda a dois pontos cruciais, aos alunos jovens de todas as camadas sociais, e o Estado que é responsável, o mantenedor do Programa.

2.1 Por que escola pública de Tempo Integral?

Desde 2017, a Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC) elabora políticas educacionais para o Ensino Médio na perspectiva integral e integrada. Em 2018, essa política se coloca como frente prioritária na Educação a nível nacional. Os jovens por sua vez, devem ter a oportunidade que, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), acessar as tecnologias, a iniciação científica dentro da escola e ampliar o diálogo com o mundo do trabalho.

O intuito maior é promover uma transformação do ambiente escolar, onde o aluno possa decidir o que ele também quer estudar no espaço escolar, para que dessa forma, a escola possa construir modelos educacionais que contribuam para o enfrentamento das desigualdades que impactam no ensino oferecido aos jovens estudantes da rede pública do Estado.

O Tempo Integral, no entanto, deve dialogar com as demandas dessa fase da vida, contribuir para a ampliação do repertório sociocultural das juventudes, potencializar a sua participação na vida pública e gerar oportunidades para sua inserção qualificada no novo mundo do trabalho, gerando, portanto, oportunidades para os jovens e apresentando, por meio educação, a ascensão profissional (LIBÂNEO, 2012).

Mas, para que isso realmente aconteça, é preciso também ouvir a voz dos aprendizes. Sempre na história da educação brasileira menciona-se que o problema é a formação docente, ou a estrutura da escola. Isso é imprescindível, mas, escutar a voz dos alunos, é primordial, haja vista não adiantar mudar a metodologia e o discente ser o centro do processo sem saber o que realmente deseja durante as 9 (nove) horas diárias de ensino. Partindo dos desejos e anseios dos educandos, surge uma metodologia que pode definir a qualidade do ensino e melhorar seus resultados de aprendizagem: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que, finalmente dá voz aos alunos, com seus itinerários formativos. Está dividida em duas partes, a obrigatória e a optativa.

Porém, o problema em questão é que os livros ainda são elaborados apenas na parte obrigatória, onde o aluno não faz opções. E cada itinerário tem a duração de um semestre, podendo ser dinâmico no sentido de que o aluno poderá experimentar outras atividades. Percebe-se, contudo, que não apenas ou somente a escola cabe as mudanças necessárias, mas também é preciso compreender a relação atual das juventudes e seu processo de socialização com o meio ao qual os jovens estão inseridos.

A educação pública de tempo integral não deve ser vista como uma alternativa de tirar o adolescente das ruas, protegendo-os da violência ou dos crimes, posto que seu papel acolhe o aprendiz, mas não abrange a máxima proteção que cabe unicamente ao Estado, por meio de políticas públicas específicas para a juventude.

Os desafios enfrentados pelos jovens aprendizes do Ensino Médio, são inúmeros, portanto, cabe a escola em parceria com o Estado repensar diante da sociedade o que os jovens estão enfrentando. À escola cabe, falar a linguagem dos alunos, respeitar a condição do “ser jovem” e construir em parceria com os mesmos, um ambiente que seja atrativo para estes.

Atualmente, as Políticas Públicas voltadas para a Educação Pública e em especial para o Ensino Médio Público, são de incentivo para que os jovens permaneçam o maior tempo possível na escola, seja estudando, seja investindo tempo em uma profissão futura.

3. A metodologia do Tempo Integral nas escolas cearenses

O Tempo Integral no Brasil está fortalecido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Atualmente, a intenção de políticas educacionais no Ceará, especialmente para o Tempo Integral, é na ampliação das escolas em todo o território cearense, ou seja, até 2024 todas as escolas funcionarão em regime de tempo integral, onde os alunos permanecerão diariamente por 09 (nove) horas inseridos no ambiente escolar.

Porém, o projeto de políticas educacionais é exatamente levar o jovem de volta à escola. Para isso, a implantação desde 2017, em todo Estado do Ceará, vem se intensificando nas escolas de Ensino Médio: a implantação do Tempo Integral.

Os dados informam que, atualmente, existem 155 (cento e cinquenta e cinco escolas) de Tempo Integral em todo território cearense. “Essa é uma política extremamente importante para o Estado, e que o aluno pode decidir a sua grade curricular ao praticar esportes, aprender línguas estrangeiras, fazer cursos de informática, estudar artes e outras atividades complementares”, explicou o governador Camilo Santana¹.

Figura 1: Estrutura de uma escola de Tempo Integral no Ceará²



Fonte: Ceará (2020)

¹ A referida entrevista encontra-se no site: <https://www.ceara.gov.br/2019/12/17/governo-do-ceara-confirma-25-novas-escolas-de-tempo-integral>. Acesso em: 15 mar. 2022.

² Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2019/12/17/governo-do-ceara-confirma-25-novas-escolas-de-tempo-integral>. Acesso em: 10 abr. 2022.

Diante de tais verificações, ao se fazer as devidas comparações de aprendizagens e seus respectivos resultados, entende-se o que o sistema de ensino brasileiro deve fazer para melhorar seus desempenhos, investir maciçamente em educação de qualidade.

3.1 O currículo das escolas de Tempo Integral no Ceará

Diante do currículo³ nas escolas de Tempo Integral do Ceará, as disciplinas ficam divididas conforme quadro abaixo:

Quadro 1: Organização curricular da EEMTI no Ceará

Area	Componente Curricular	Carga Horária Semanal (Intervalo)	
LINGUAGENS	Língua Portuguesa	06	
	Arte	01	02
	Educação Física	01	02
	Língua Estrangeira (Obrigatória)	01	02
MATEMÁTICA	Matemática	06	
CIÊNCIAS DA NATUREZA	Biologia	02	03
	Química	02	03
	Física	02	03
HUMANAS	História	02	03
	Geografia	02	03
	Sociologia	01	02
	Filosofia	01	02
Total Base Comum		30	
Formação Cidadã		01	
Núcleo Trabalho, Pesquisa e Práticas Sociais		04	
Tempo Eletivo 1		02	
Tempo Eletivo 2		02	
Tempo Eletivo 3		02	
Tempo Eletivo 4		02	
Tempo Eletivo 5		02	
Total Parte Flexível		15	

Fonte: Ceará (2017).

A parte diversificada deverá totalizar 15 horas/aula, das quais 4 horas devem ser destinadas ao Núcleo Trabalho Pesquisa e Práticas Sociais (NTPPS), 1 hora ao Projeto Professor Diretor de Turma, e 10 horas destinadas à parte flexível das eletivas, no sentido de atender aos interesses e demandas do aluno.

A título de conhecimento, o NTPPS foca no desenvolvimento de competências pessoais, sociais, produtivas e cognitivas, para ampliar o protagonismo estudantil e a autonomia, trabalhando, dentre temas transversais, alguns eixos principais: tais como projeto de vida, mundo do trabalho, iniciação à pesquisa, artes e cultura, esporte, lazer e promoção da saúde, educação em direitos humanos, educação ambiental sustentável, comunicação, uso de mídias, cultura digital tecnológica, dentre outros.

Os principais objetivos do projeto de universalização são: definir o que precisa ser feito para se atingir a meta de 50% dos alunos do Ensino Médio, em escolas de tempo integral até 2024, e garantir pelo menos uma escola por município do Estado do Ceará, e

³ O termo currículo, do latim curriculum, significa pista de corrida, ou seja, caminho, trajetória a percorrer. Este caminho expressa, sobretudo, um projeto pedagógico, o qual, por sua vez, revela um projeto social.

mensurar quanto custa universalizar o acesso às Escolas de Tempo Integral no Ceará, até 2030 (CEARÁ, 2017).

Em 2020, o Governo do Estado do Ceará já apresentava 39% de sua rede em tempo integral. O Estado apresentava 155 Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI), 123 Escolas de Ensino Médio Profissionalizante (EEEP), 1 Escola Familiar Agrícola (que funciona em 45h semanais), e 10 Escolas do Campo (que funcionam em 35h semanais). Entretanto, mesmo em tempos de pandemia da Covid-19 e com todas as adversidades econômicas e sociais que estavam implicadas, aconteceu a ampliação da oferta para até 60% em toda a rede estadual até o final de 2022.

Nesse contexto, em junho de 2021 foram implantadas mais 46 escolas de Tempo Integral, que se iniciaram em agosto/2021, distribuídas em todo o Ceará, totalizando 201 Escolas de Tempo Integral Regular, somadas a 123 Escolas de Tempo Integral Profissional, totalizando 324 Escolas em Tempo Integral, com 119 mil alunos matriculados e distribuídos em 107 cidades cearenses (CEARÁ, 2021).

Considerações finais

A Escola de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) se caracteriza, em sua essência pedagógica, como um espaço de aprendizagem significativa, que agrega múltiplos conhecimentos, saberes e socialização na relação escola e comunidade, escola e cultura local, em suma, uma educação que está para além do ambiente escolar.

A proposta curricular que se apresenta atualmente converge em variadas possibilidades de aprendizado, com viés dialógico e participativo, e tem como princípio orientador uma educação que considera todas as dimensões do ser humano, buscando a formação integral dos jovens estudantes do Ensino Médio nas escolas públicas. Tem ainda, o foco na formação integral dos jovens, onde, a política de educação em tempo integral nasceu desde a prerrogativa do fortalecimento do currículo, abrangendo as dimensões emocionais e cognitivas dos estudantes, bem como a cidadania.

Diante do exposto, é o que se espera diante da responsabilidade da implementação dessa Política Educacional sobre o Tempo Integral no Ceará, onde estudiosos aguardam um retorno positivo diante da aprendizagem dos estudantes, seu desenvolvimento e preparação para o trabalho ou uma profissão definida em nível superior.

Por fim, espera-se que estudiosos de temas educacionais e suas políticas públicas possam elucidar as dúvidas diante desse objeto de estudo relevante para a atualidade, afinal de contas, é a vida dos jovens cearenses e também brasileiros que estão na pauta em questão, pois eles podem, de forma alguma, serem prejudicados, ao que devemos como profissionais da educação fomentar melhor qualidade e condições dos aprendizes desenvolverem seu processo de aquisição do saber, com multiculturalidade e respeito aos direitos da pessoa humana.

Referências bibliográficas

BORGES, Livia Freitas Fonseca. Palestra: O currículo na escola de tempo integral. **II Encontro Regional sobre Educação Integral e Escola Pública de Tempo Integral**. Secretaria Municipal de Educação de Aparecida de Goiânia, de 26 a 28 de setembro, 2012.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: Edições Câmara, 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.415**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos

Profissionais da Educação e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. 2017.

BRASIL. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular. **Resolução Nº 2, de 22 de dezembro de 2017**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao>. Acesso em: 03 mar. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/const/constituicao-federal.asp> Acesso em: 01 abr. 2022.

CAVALIERE, Ana Maria Vilella. Escolas públicas de tempo integral: uma ideia forte, uma experiência frágil. In: CAVALIERE, Ana Maria; COELHO, Ligia Martha. **Educação brasileira e(m) tempo integral**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CAVALIERE. Quantidade e racionalidade do tempo de escola: debates no Brasil e no mundo. **Teias**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 116 - 126, jul./dez. 2002.

CEARÁ. Secretaria de Educação do Ceará. **Proposta de organização curricular em escolas de Tempo Integral, 2016**. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/proposta_organizacao_curricular.pdf. Acesso em: 23 mar. 2022.

CEARÁ. Secretaria de Educação do Ceará. **Plano de gestão escolar: Ensino Médio em Tempo Integral na rede estadual do Ceará, 2017**. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/plano_gestao_eemti.pdf. Acesso em: 23 mar. 2022.

CEARÁ. Secretaria de Educação do Ceará. **Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI), 2018**. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/escolas-de-ensino-medio-em-tempo-integral-eemti>. Acesso em 23 mar. 2022.

CEARÁ. **Lei nº16.287**, 20 de julho de 2017. Institui a Política de Ensino Médio em Tempo Integral no âmbito da rede estadual de ensino do Ceará. Disponível em: <https://bela.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao>. Acesso em: 27 abr. 2022.

LIBÂNIO, José Carlos. Palestra: o Processo Educativo na Escola de Tempo Integral: ensino e aprendizagem em diferentes tempos e espaços. **II Encontro Regional Sobre Educação Integral e Escola Pública de Tempo Integral**. Secretaria Municipal de Educação Aparecida de Goiânia, de 26 a 28 de setembro, 2012.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação**. PUC-Campinas. 2008.